

HISTÓRIA DA BOA GENTE  
QUE SABIA O QUE QUERIA



R.157467



9

L. 130852v.

COLECCÃO PÁTRIA — LIVRO NÚMERO TRINTA E OITO

LISBOA ~ EDIÇÕES S. P. N. ~ 1943

1959  
2696  
9/4



E X - L I B R I S

COMPOSTO E IMPRESSO NAS GRANDES  
OFICINAS GRÁFICAS «MINERVA», DE  
GASPAR PINTO DE SOUSA, SUCRS., LTD.ª  
VILA NOVA DE FAMALICÃO — 1943

## LIVRO TRINTA E OITO

L. 730 853 V.

### HISTÓRIA DA BOA GENTE QUE SABIA O QUE QUERIA



Quando se fêz a restauração de Portugal pela conjuração de 1 de Dezembro de 1640, como já foi contado, a nossa terra encontrava-se num triste estado. Não havia indústrias, o comércio estava perdido, ninguém trabalhava a terra a não ser em volta das cidades e vilas. Não havia exército, não havia marinha. Os fortes estavam em ruínas, sem artilharia e sem munições. A população de Portugal inteiro dizimada pela miséria, diminuída pela emigração, mal chegava a um milhão e duzentas mil almas, das quais mal se poderiam apurar para pegar em armas, uns duzentos mil homens!

Aqui está onde tinha chegado a nossa pátria depois de sessenta anos passados sob o domínio estrangeiro. Aqui está onde tinha chegado uma nação cujas proezas tinham enchido o mundo de admiração e de respeito, que descobrira e conquistara terras e mares sobre todo o mundo e cuja força, poder e riquezas tinham sido os maiores da Europa!

Não havia navios, não havia fortalezas, não havia trabalhadores, não havia armas nem dinheiro. Quem havia de dizer que um corpo tão morto poderia ressuscitar? Mas um povo ressuscita sempre quando tem alma e coração, quero dizer, quando tem no coração o amor profundo da pátria, e na alma o sentimento da dignidade. Assim foi que meia dúzia de homens de boa vontade conseguiram restaurar a liberdade da sua terra.

Quando se deu a revolução em Lisboa e que a nação inteira sacudiu a canga estrangeira, a Espanha, ocupada com as guerras que tinha com outros países, não tomou logo medidas de importância contra nós. Contentaram-se os espanhóis com mandar algumas tropas para as nossas fronteiras. Pensavam lá de si para si que a todo o tempo meteriam na ordem os pobres portugueses que não tinham onde cair mortos. Mas a nossa gente, fraca e miserável como estava, começou logo a defender as suas fronteiras. Desde que o povo sentiu por trás de si um bom rei português, foi como se lhe tivessem dito: — Agora a casa é tua; nela tens a tua mulher, os teus filhos, os teus bens. Defende a tua casa! E Deus sabe como o povo português soube defender a sua casa logo que a sentiu bem sua.

Queixam-se muitas vezes os portugueses de que os estrangeiros não conhecem as belezas da nossa terra nem a grandeza da sua história que é a mais linda e maravilhosa de todas as histórias. Mas a culpa é nossa, ou melhor, é de certos estrangeiros que sempre tiveram e têm ainda hoje interesse em abafar em nós o orgulho nacional.



Pouco se fala de Dom João IV; e no entanto Dom João IV foi um grande rei. Tomou conta de um reino moribundo e nunca perdeu a fé de o levantar e de o salvar. Apenas subiu ao trono formou logo o Conselho de Guerra, escolhendo com prudência e sabedoria os fidalgos honrados e competentes, nomeou governadores capazes para cada província, encarregados de recrutar homens para soldados, pois ele bem sabia que teríamos que defender muito duramente a nossa liberdade. Mandou concertar as fortificações das fronteiras, meteu-lhes dentro artilharia, munições, guarnições. Fundou uma fábrica de ferro em Tomar, e outra de fundição de balas e artilharia em Figueiró. Além disto, em vários pontos do país, fábricas de pólvora e de outras coisas necessárias foram aparecendo. Compraram-se cavalos, levantaram-se impostos razoáveis para acudir às despesas, surgiram escolas de artilharia e outras ciências militares para formar bons oficiais. Os freires das ordens militares foram providos de armas e cavalos e receberam ordem de se exercitarem para a guerra. Os clérigos do Arcebispado de Lisboa formaram um regimento de infantaria, comandados pelo seu coronel que era o deão da Sé. A pouco e pouco, tudo feito como devia ser, foi surgindo um exército português: frades, estudantes de Coimbra, clérigos, fidalgos, povo, tudo contribuía para a defesa da pátria, todos unidos e resolutos. E não contente com isto, Dom João IV que era homem cheio de juízo e sabia que a guerra não seria brincadeira nenhuma, mandou vir companhias de mercenários (homens que ganhavam a sua vida guerreando por conta de uns e de outros) holandeses, franceses e de outras nações.

A primeira batalha um pouco mais importante foi em Olivença, depois em Elvas; num e noutro sítio os espanhóis foram batidos a-pesar-de terem trazido oito mil homens de infantaria e dois mil de cavalaria. Assim se foram passando os anos com pequenas batalhas nas fronteiras onde nós fomos sempre levando a melhor. E entretanto, graças ao bom rei Dom João IV e ao seu juízo e firmeza, os nossos soldados aprendiam a combater, cresciam as provisões de armas e munições e as defesas do país fortaleciam-se e preparavam-se.

Foi no dia 26 de Maio de 1644 que se deu a primeira grande batalha contra os espanhóis. As nossas tropas, comandadas por Matias de Albuquerque, tinham entrado em terras de Espanha. Atiraram-se a uma vila chamada Montijo que tomaram de roldão e saquearam. Depois desta proeza, voltavam os nossos para cá da fronteira, porque não tinham bastante gente para ir mais longe, quando de repente lhes apareceram muitas tropas inimigas comandadas por um tal barão de Molinguen. Ao princípio os portugueses, apanhados de surpresa, não suportaram bem este choque e estiveram quasi perdidos; mas o seu comandante Matias de Albuquerque não perdeu a cabeça e tais coisas fez que os levou à vitória. Os espanhóis foram derrotados com enormes perdas. A batalha de Montijo foi a primeira grande batalha desta campanha da nossa independência que durou vinte e sete anos.

Vinte e sete anos! Um povo que saíu meio morto da sua longa servidão em 1640, pôde lutar sem desânimo durante vinte e sete anos, vencendo sempre um inimigo muito superior em fôrça e em número, até alcançar finalmente

e de modo definitivo a sua liberdade e a paz. Que todos aquêles que só acreditam na fôrça material, ponham os olhoss neste exemplo do que pode a vontade e a fé de um povo que um bom chefe sabe conduzir.

A guerra que fazíamos não era só nos campos de batalha. Como já ficou dito, a pirataria holandesa, francesa e inglesa, desde que a Espanha nos dominava e porque eram inimigos da Espanha, atiravam-se às nossas possessões. Dom João IV não tinha só que pensar na defesa de Portugal pelas armas; devia também salvar o que pudesse do nosso império tão ameaçado, pela política e pela diplomacia. Mandou bons embaixadores à Holanda, à Inglaterra, à França, procurando bons entendimentos com estes países. Assim conseguiu Dom João IV tratados de paz e de auxílio destas nações e, pouco a pouco com grande trabalho e muito bom juízo, foi levantando êste reino de Portugal que recebera em tal estado de miséria e de fraqueza que só por milagre parecia poder ser salvo. Mas a Dom João IV nunca faltou a fé, o ânimo, a firmeza. Foi um grande rei.

Duas pessoas o ajudaram muito na sua difficil tarefa: sua mulher, a rainha Dona Luíza de Gusmão, e o padre jesuíta António Vieira. Nunca el-rei tomava uma resolução importante sem consultar estas duas pessoas tão fiéis e tão empenhadas como êle no bem da pátria, na ressurreição da fôrça e da dignidade de Portugal.

Muito se fala do Padre António Vieira como grande prègador, homem cujos sermões eram obras primas. Mas além disso foi êle um grande patriota. Foi êle que trouxe a adesão do Brasil ao movimento de 1640 que restaurou a liberdade de Portugal. Foi êle que Dom João IV mandou a França, à Itália, à Inglaterra e à Holanda, como agente secreto seu, e em todos êsses países trabalhou com grandíssima habilidade e coragem a favor da nossa terra.

No entanto os espanhóis não andavam contentes. Ao princípio não ligaram grande importância ao movimento de restauração da nossa independência. Sabiam o estado em que nos encontravamos; não acreditavam que fôsse possível a ressurreição de um país tão esmagado, tão enfraquecido, tão pobre e doente como Portugal então se encontrava. Mas, quando viram que homem era Dom João IV, quando viram o nosso exército reorganizar-se, as nossas fôrças a crescer, os nossos embaixadores obtendo grandes vantagens nas nações da Europa, quando começaram a ver-se vencidos em tôdas as batalhas e que a nossa vitória de Montijo lhes provou que estavam vivos, e muito vivos, e cada vez mais vivos, começaram a preocupar-se a valer com o que se passava em Portugal. Os espanhóis estavam muito enfraquecidos. Andavam mal governados e tinham inimigos por todos os lados que não os deixavam sossegar. Consideraram que o melhor, para se verem livres do poder crescente de Portugal, era darem cabo do Chefe que com mão tão firme guiava esta nação.

Entre os portuguezes havia gente cobarde e traiçoeira que não acreditava na fôrça da sua própria pátria e, cuidando que mais tarde ou mais cedo, os espanhóis levariam a melhor, tratavam às escondidas de se meter às boas com os inimigos da sua terra, dizendo de si para si:

— Vamos lá salvar a pele; se nos pusermos do lado dos espanhóis, quando eles tornarem a tomar conta de Portugal, teremos o prémio de os ter ajudado.

É coisa triste ter de falar de tais portugueses; mas devemos pensar que eram bem poucos e que todos os rebanhos têm as suas ovelhas ranhosas por êsse mundo fora.

O arcebispo de Braga não aprovava a revolução de 1640. Fôsse por julgar loucura tal diligência de libertação, fôsse por interêsse pessoal, caso é que nessa ocasião tomou o partido dos espanhóis. Depois da aclamação de Dom João IV, o arcebispo não deixava de murmurar contra o Govêrno e acabou por juntar à sua volta alguns descontentes que, sob o domínio espanhol tinham mais vantagens pessoais. Em todos os tempos se encontra disto: gente incapaz de entender que a dignidade da pátria se não se separa da nossa própria dignidade. Agora mesmo, nos nossos dias, vemos isso muitas vezes: gente que se julga diminuída por obedecer a um bom chefe e que não se envergonha de lamber as botas a certos estrangeiros que os lisonjeam ou lhes pagam os seus serviços e que afinal os desprezam.

Assim o arcebispo juntava à roda de si tratantes ou gente de boa fé, dizendo-lhes à bôca pequena que iam em caminho de perdição, que era doidice levantar cabeça contra os espanhóis, que não podíamos nada e eles podiam tudo, e outras coisas assim. Com êstas palavras o arcebispo foi convencendo várias pessoas, entre elas o marquês de Vila Real, o conde de Armamar, e um certo Pedro Baeça, tesoureiro da alfândega que andava todo entusiasmado por entrar numa conspiração com pessoas de alta categoria. Prometia êste último dinheiro ao arcebispo, prometia trazer-lhes negociantes ricos, e todo inchado de presunção dizia que era coisa fácil matar Dom João IV e deitar abaixo o seu govêrno.

Tanto barafustou que foi ter com Luís Pereira de Barros com o qual contava porque êste homem, que era contador da fazenda, já tinha sido prêso uma vez por suspeitas que depois se não puderam provar. Mas êste Barros, ou por fidelidade à sua pátria e ao seu rei, ou por mêdo, resolveu não se deixar embrulhar naquela aventura. Fingiu-se muito interessado e, quando teve nas mãos tôda a lista dos conspiradores e o conhecimento de tudo que eles pretendiam fazer, foi dar conta de tudo a el-rei. Então os conjurados foram apanhados. O marquês de Vila Real e seu filho o conde de Caminha, o conde de Armamar e Dom Agostinho Manuel foram degolados no Rossio. Depois foram enforcados o tal Baeça e uns poucos de outros tão bons como êle. O arcebispo de Braga foi encarcerado na tôrre de Belém onde acabou seus dias.

E Dom João IV continuou o seu trabalho de salvação da pátria ajudado por bons portugueses.

E agora vamos contar a triste história do bom infante Dom Duarte, irmão de el-rei Dom João IV. Encontrava-se êste príncipe na Alemanha quando rebentou o movimento da restauração em Lisboa em 1640. Tinha então o infante Dom Duarte trinta e cinco anos. Havia bastante tempo que, desgostoso com a dominação espanhola na sua terra, fôra oferecer os seus serviços ao im-

perador da Alemanha, Fernando III e lá se distinguira nas guerras pela sua bravura e pelos seus talentos militares, e assim ganhara o respeito e a admiração daquele país.

Filipe IV, logo que soube da revolução em Portugal, mandou logo ordens ao ministro de Espanha na Alemanha mandando que obtivesse do imperador Fernando III a prisão do infante português Dom Duarte.

O imperador era homem de ânimo vacilante e fraco e o ministro de Filipe IV era um português bem pouco digno da nação a que pertencia. Chamava-se Francisco de Melo e o seu nome e a sua acção é uma mancha de vergonha para nós na história dos acontecimentos daquele tempo. Aquêle indigno português, abaixando-se a servir o monarca espanhol contra a nobre figura de um príncipe português, empenhou tal fôrça e tais manhas que conseguiu afinal a prisão do infante Dom Duarte. Logo começou o martírio dêste infeliz príncipe. Privaram-no de todos os seus criados, não lhe deixavam chegar às mãos nenhuma correspondência e infligiram-lhe tôda a qualidade de vexames. Apesar da indignação e dos protestos dos príncipes alemães e dos deputados da dieta de Ratisbona — e estes protestos eram grandes porque o infante Dom Duarte criara muitos amigos na Alemanha — a sua prisão manteve-se. Foram-no mudando de uma cidade para outra e, afinal, entregaram-no aos espanhóis.

Filipe IV encarcerou-o então em Milão, cidade que nesse tempo lhe pertencia, e aí o nosso desventurado infante acabou os seus dias depois de nove anos de prisão e de martírio.

Louvado seja Deus! Por um português tratante como Francisco de Melo que, enquanto a pátria quebrava com tanta bravura os ferros do seu cativo, continuava a servir o seu pior inimigo, Filipe IV e o ajudava a martirizar um bom príncipe de sangue real português — havia outros portugueses que na mesma época mostraram o seu valor e a sua dignidade.

Desde a importante vitória portuguesa de Montijo, não tinha havido mais nenhuma grande batalha. Mas nem um instante sossegavam os portugueses nem esmoreciam no propósito de manter a independência do seu país.

Constantemente havia escaramuças contra os espanhóis ao longo da fronteira, ora num ponto ora noutro. Ora os portugueses faziam incursões em Espanha, ora os espanhóis as faziam em Portugal. Durante anos estiveram assim os portugueses àlerta e se muito sangue português nestas lutas correu, muitos espanhóis nelas perderam a vida sem nunca terem conseguido quebrar a nossa obstinada resistência. E assim como era em Portugal do mesmo modo lutávamos no ultramar.

Holandeses, franceses, ingleses, navios corsários ou navios de companhias comerciais, com boas tropas e bem armados, atacavam as nossas possessões em África, na Índia, na Oceânia, na América. E por tôda a parte as defendíamos com incrível coragem e heroísmo; e tanto, que a-pesar do nosso estado de fraqueza e das fôrças tão superiores que por todos os lados nos assaltavam, conseguimos conservar o que ainda hoje temos, graças a Deus.

No entanto, no decorrer dêstes anos, os diplomatas portugueses — e tinha-

mos bons diplomatas, porque Dom João IV na sua sabedoria e tino, escolhia para essas missões tão difíceis, homens competentes — faziam o que podiam para obter em certos países estrangeiros, auxílio em soldados, navios, armamentos; mas nunca vieram senão bem fracas ajudas e, se não fôsse o valor da gente portuguesa e só dela, ainda hoje estaríamos acorrentados à Espanha. Valeu-nos Deus que teve os espanhóis ocupados por outras guerras mais perigosas para eles, e mal governados ainda por cima, o que nos permitiu a nós, ir ganhando forças. Assim nas batalhas de fronteiras, sempre recomeçadas e nas quais era preciso coragem, resolução, resistência e dureza de corpo e de espírito, habilidade e conhecimento das coisas da guerra, se foram formando oficiais e soldados que não podiam ter melhor escola à linha. O reinado de Dom João IV durou dezasseis anos ao fim dos quais este bom rei morreu com a idade de cinqüenta e dois. Deixou três filhos: Dona Catarina que veio a ser rainha de Inglaterra como adiante será contado; Dom Afonso, príncipe real que, por morte de seu pai subiu ao trono; e Dom Pedro.

Quando Dom João IV morreu, no ano de 1656, a infanta Dona Catarina tinha dezóito anos, o príncipe real Dom Afonso tinha treze; e o infante Dom Pedro tinha oito anos.

Logo que se tratou de aclamar o novo rei, levantaram-se dificuldades. Nos primeiros anos da sua vida, o príncipe Dom Afonso tivera uma doença grave; daí ficara defeituoso do lado direito e um pouco destrambelhado da cabeça. Os conselheiros disseram à rainha que talvez fôsse melhor esperar algum tempo antes de aclamar rei uma criança de treze anos e tão falha de entendimento. Mas a rainha Dona Luíza de Gusmão respondeu que naquele momento tão grave para o país, não lhe parecia acertado confessar a incapacidade do príncipe, pois andando os ânimos como andavam, até poderia rebentar alguma guerra civil que traria imediatamente a perda da independência de Portugal ainda mal segura.

Assim foi que o príncipezinho foi aclamado rei, ficando a regência na mão firme da rainha.

O perigo do lado de Espanha aumentava. A revolta da Catalunha tinha sido abafada e Filipe IV fizera as pazes com a Holanda. Mais desafogados, os espanhóis dispuseram-se a marchar contra nós.

Perto de Olivença prevaravam eles um grande exército com o qual contavam dar cabo da nossa resistência em pouco tempo. Entretanto o conde de S. Lourenço que era então o governador das armas do Alentejo, não perdia ânimo e arrebanhava as suas tropas. Assim marchou até Olivença e depois até Badajoz. Os portugueses bateram-se bem, mas não foram felizes desta vez, e os espanhóis tomaram Olivença.

E a guerra continuou. Em meados de Novembro de 1658, o espanhol Dom Luís de Haro, à testa de um poderoso exército, dirigiu-se sobre Elvas, resolvido e certo de tomar esta praça-forte. Pensavam os espanhóis que a empreza seria fácil com as grandes forças que levavam. Cuidavam que Elvas se renderia facilmente pela fome. Estabeleceram o seu acampamento defronte desta cidade e rodearam-na de linhas de tropas que a pouco e pouco se foram

apertando de modo a formar um cêrco fechado. Mas antes disso André de Albuquerque recebeu ordens para sair de Elvas com os officiaes necessários, a-fim-de ir juntar um exêrcito que viesse de fora acudir à cidade. Antes dêles saíra tôda a cavalaria acompanhando os carros que levavam os doentes. E tudo isto se fêz de tal modo que os espanhóis não deram por nada. Ao partir, André de Albuquerque entregara o govêrno da cidade a Dom Sancho Manuel. Lá dentro ficavam onze mil homens, muitos dêles doentes e cansados da guerra. Mas havia em Elvas de comer e de beber para muito tempo, porque os portuguezes esperavam havia muito o ataque dos espanhóis.

O tal exêrcito que havia de vir socorrer Elvas foi bem difficil de juntar. André de Albuquerque e o conde de Cantanhede não descansavam nem se deixavam desanimar. Mas havia falta de homens e de armamentos; e entretanto em Elvas o cêrco apertava e aquela boa gente lutava e batalhava sem descanso na defesa da cidade. Não parava a artilharia de um lado e de outro, nem faltavam combates sangrentos; mas os espanhóis recebiam constantemente reforços, e os nossos viam dia-a-dia diminuir os seus recursos e as suas fôrças. Ainda por cima a peste alastrava dentro da cidade chegando a matar trezentas pessoas por dia. Mas os portuguezes não pensavam em se render; faziam paredes com os mortos, e por detrás dêles iam combatendo.

No acampamento espanhol, aquella constância dos portuguezes, começou a semear o desânimo. Muitos soldados desertavam. Não sabiam o que se passava dentro da cidade; cuidavam que havia lá homens, munições e mantimentos para muitos meses, tal era a fúria e confiança com que os portuguezes se batiam; e o inverno avançava, e o frio crescia e êles diziam de si para si que já não poderiam ali fazer nada aquêle ano.

No entanto dentro da cidade de Elvas, ia faltando tudo; só não faltavam mortos, doentes e feridos; dos onze mil homens que combatiam no principio do cêrco, já não havia senão mil. Mas ninguém pensava em se render.

Começara o cêrco em meados de Novembro, e corraera o mês de Dezembro e já se ia quási a meio de Janeiro; e aquêles valentes com faltas de tudo e dizimados como estavam, continuavam a defender a cidade de Elvas com unhas e dentes.

A 13 de Janeiro, emfim, appareceu o exêrcito portuguez que vinha acudir. Comandava-o o conde de Cantanhede: oito mil soldados de infantaria, dois mil e quinhentos de cavalaria e sete peças de artilharia! Era o que se tinha podido arranjar com muito esforço e muito trabalho. Mas havia entre aquella gente uma arma escondida, a principal: a vontade e a fé de vencer.

O comandante espanhol Dom Luís de Haro, vendo tão pouca gente, não se deu ao trabalho de organizar as suas tropas em batalha com muito cuidado. Achou que não valia a pena.

No dia 14 os portuguezes avançaram com tôda a fúria que levavam no coração; as tropas espanholas não estando preparadas para ataque tão rápido, saíram em confusão do acampamento. Os portuguezes comandados por mão segura, levaram-nos de roldão diante de si. E quando os espanhóis principiaram a juntar-se e a ver que a batalha não era nenhuma brincadeira, os portu-

gueses, animados por aquêlê bom comêço, atiraram-se a êles, gritando como possessos:

— Vitória! Vitória!

E de tal maneira que daí a pouco lá ia o inimigo em debandada a fugir para Badajoz como se levasse atrás de si um batalhão de diabos.

E estava ganha a batalha chamada das Linhas de Elvas que foi das que firmaram a nossa independência.

Durante êste tempo e daí por diante a rainha regente Dona Luíza de Gusmão, não descansava, continuando com a diplomacia do seu marido, o defunto Dom João IV. Perdeu-se muito tempo em negociações com a França, mas daí não nos veio nada senão desapontamentos. Pedíamos nós tropas e homens com ciência militar que viessem instruir e comandar os nossos; pois bem sabíamos que teríamos ainda muito que lutar contra a Espanha.

Por fim o nosso embaixador conde de Soure trouxe para Portugal o general alemão conde Frederico de Schomberg. Tinha êste homem altos méritos e profunda ciência das coisas da guerra e, como adiante se verá, foi-nos de grande ajuda.

Foi por êsse tempo que se começou a pensar no casamento da infanta Dona Catarina.

Pouco depois do casamento da infanta e do infeliz tratado com a Inglaterra, os espanhóis entraram em Portugal com um grande exército e conseguiram tomar Évora. Quando tal notícia se espalhou em Lisboa, levantou-se grande fúria entre o povo.

Partiu o conde de Vila Flor com um exército que foi difícil juntar, porque se continuava a lutar com falta de homens, de dinheiro, de armamentos. O exército não era grande: onze mil homens de infantaria e três mil cavaleiros; mais dois mil e quinhentos de infantaria e quinhentos de cavalaria que vieram da Beira com Pedro Jaques de Magalhães.

O grande exército espanhol era comandado por Dom João de Austria. Encontraram-se portugueses e espanhóis nos campos do Ameixial, perto de Estremôz. Inferiores em número, em poder, em armamentos, tinham porém os portugueses a vantagem da bravura desesperada, dos que defendem a independência de uma pátria muito amada. A grande vitória do Ameixial (também lhe chamam do Canal) foi um dos maiores passos para a conquista da nossa independência. Os espanhóis deixaram no campo de batalha mais de quatro mil mortos, mais de seis mil prisioneiros, tôda a artilharia que levavam, uma quantidade enorme de armas.

Os dois mil carros de bagagens que os acompanhavam, caíram nas nossas mãos; e nesse despojo se encontrou uma grande riqueza em oiro, prata e jóias (8 de Junho de 1663).

Logo a seguir os portugueses retomaram Évora.

E, sem descanso, continuaram as guerrilhas na Beira. Pouco depois, o espanhol duque de Ossuna apareceu defronte de Castelo Rodrigo com um exér-

cito, todo inchado de presunção, a dizer que vinha vingar-se da derrota do Ameixial.

Os portugueses receberam-no bem ainda que a praça de Castelo Rodrigo só tinha lá dentro cento e cinqüenta soldados e as muralhas eram antigas. Mas nisto Pedro Jaques de Magalhães reüniu reforços e acudiu. O duque de Ossuna teve de fugir, mascarado, levando consigo alguns soldados tendo deixado em terra mil e duzentos mortos. O resto da infantaria ficou prisioneira e nas mãos dos portugueses ficaram tôdas as bandeiras do inimigo, tôda a sua artilharia, tôda a bagagem e as munições. Esta foi a vitória portuguesa de Castelo Rodrigo, em 3 de Julho dêsse mesmo ano de 1663.

Passaram-se mais dois anos em guerrilhas e escaramuças nas fronteiras. Ora os espanhóis faziam uma investida, ora nós. Ora êles nos tomavam uma vila ou aldeia, ora nós os púnhamos fora e íamos tomar-lhes qualquer terra. Mas não se passava dali e Portugal continuava a governar-se como nação livre. Filipe IV não estava contente. Parecia-lhe impossível que a sua gente, poderosa e bem armada, não pudesse quebrar a resistência dos portugueses.

Entendeu que era preciso fazer um esforço a sério e acabar por uma vez com a sucessão de derrotas que as suas tropas sofriam. Mandou concentrar fôrças na fronteira; mandou vir reforços da Alemanha, da Suíça, da Itália: quinze mil soldados; mandou vir o conde de Caracena da Flandres e deu-lhe o comando do exército. O conde de Caracena era um homem experimentado e habilidoso nas coisas da guerra. Isto foi no ano de 1665; havia vinte e cinco anos que os portugueses lutavam pela sua independência tanto pelas armas, como pela política e pela diplomacia.

Esses vinte e cinco anos de combates, grandes e pequenos mas constantes tinham criado entre nós bons soldados, bons oficiais. Portugal retomara confiança em si mesmo; lembrava-se do que tinha feito, lembrava-se da honra do nome que tinha que defender.

O alemão conde de Schomberg que tinha vindo para instruir e treinar os nossos oficiais e soldados, encontrara gente com quem se entendia bem e que sabia aproveitar as suas lições.

No mês de Maio o conde de Caracena pôs-se em marcha para nos atacar. Vinha de Badajoz. O marquês de Marialva que era o governador das armas do Alentejo, tinha os movimentos do inimigo bem espreitados. Logo foi informado de que os espanhóis se dirigiam para Vila Viçosa.

O inimigo atacou Vila Viçosa. A-pesar desta vila estar em más condições de defesa, os portugueses resistiram como valentes durante mais de uma semana. A 17 de Junho partiu de Extremôz o marquês de Marialva com o exército espanhol em Montes Claros que fica a uma légua de Vila Viçosa. Aí se deu a célebre batalha de Montes Claros, a última grande batalha desta longa campanha que durava havia vinte e cinco anos e durante a qual a vontade dos portugueses nunca afrouxara.

A vitória foi nossa e muito contribuiu para ela o general alemão conde de Schomberg que dirigiu as tropas portuguesas com tal habilidade que, a-pesar da nossa inferioridade em número e em fôrças, conseguiu que derrotássemos

o inimigo. Os espanhóis perderam para cima de dez mil homens entre mortos e prisioneiros, e mil e quinhentos cavalos. Ali morreram mais de setecentos portugueses (17 de Junho de 1665).

Assim acabaram as lutas para a independência de Portugal. Três meses depois da Batalha de Montes Claros, morreu Filipe IV. A Espanha estava exgotada pelas guerras infelizes contra Portugal e apenas morreu Filipe IV começaram logo lutas interiores. O príncipe real, Carlos II, filho de Filipe IV e seu sucessor, era um doente, tão fraco e incapaz que não podia tomar conta do reino. Não tinha irmãos. Apareceram dois pretendentes à coroa de Espanha: um príncipe da casa francesa de Bourbon, e um príncipe da casa de Áustria, ambos com direitos que cada um defendia.

Portugal veio a entrar nessas guerras de partidos em que entraram vários países da Europa. Na defesa dos direitos do príncipe austríaco que chegou a ser aclamado em Viena com o nome de Carlos III, distinguiram-se muito os portugueses que, sob o comando do marquês das Minas, numa marcha triunfal chegaram a entrar em Madrid. Mas quem venceu afinal foi o príncipe francês (neto do rei de França Luís XIV e sobrinho do infeliz rei Carlos II) que foi por fim aclamado rei de Espanha em Madrid com o nome de Filipe V. Estas lutas duraram muitos anos. Entretanto tinha-se feito finalmente o tratado de paz com a Espanha, reconhecendo este país a nossa independência e restabelecendo-se a fronteira conforme estava antes da invasão. Foi nesse tratado que cedemos à Espanha a praça de Ceuta.

Emquanto se pelejavam estas guerras e se estudavam estes tratados, a rainha regente Dona Luíza de Gusmão que se rodeara de bons conselheiros e com juízo e firmeza governava o reino, sofria no seu coração grandes desgostos. Seu filho mais velho, el-rei Dom Afonso VI, que, como já foi dito, era uma criança defeituosa de corpo e de pensar, não melhorava.

Aos quatro anos tinha tido uma paralisia que lhe tomava todo o lado direito; à força de cuidados voltaram-lhe alguns movimentos até que aos dezasseis anos conseguia montar a cavalo. Mas a cabeça regulava cada vez pior. Era arrebatado sem motivo, e tinha gostos depravados. Não queria estudar nem aprender e só queria companhia da gente de pior qualidade. Tomou-se de amizade por um moço de mercador, chamado António Conti, de país italianos. E com este intrujão e outros garotos, moços de estrebaria, gente grosseira e de muitos maus costumes, é que el-rei se divertia.

Os aios de el-rei e a rainha sua mãe tinham com isto o maior desgosto; e faziam quanto podiam para impedir tais amizades. Mas el-rei não queria saber de conselhos; fugia do Paço de noite com aquêles companheiros e metia-se em desordens pelas ruas de má fama. Por fim a rainha tomando conselho de pessoas ajuizadas e que defendiam o bom nome de el-rei, resolveu prender todo aquêles rancho, António Conti e quejandos e mandou-os meter num navio que logo levantou ferro para fora de Lisboa.

Ia nesse tempo Dom Afonso VI nos seus dezanove anos. A sua razão estava tão perdida que não percebeu nada do que sua mãe lhe disse e lhe explicou. Entrou numa grande cólera, dizendo que queria o António Conti

e retirou-se da côrte para uma quinta em Alcântara com o conde de Castelo Melhor e outros senhores do Paço.

O conde de Castelo Melhor era homem de grande pensar e forte de vontade. Por conselhos d'êlê el-rei aceitou o govêrno que a rainha, já sem esperança de remédio e cheia de desgostos, lhe oferecia.

Apenas tomou conta do govêrno, el-rei desterrou para longe os conselheiros de sua mãe e entregou o govêrno do reino completamente nas mãos do conde de Castelo Melhor. A rainha recolheu-se a um convento onde veio mais tarde a morrer.

Os disparates e desmandos de el-rei continuaram. Mas o govêrno do reino estava entregue em boas mãos. Foi sob a direcção do conde de Castelo Melhor que se levaram a bom fim muitas emprêsas tanto no campo das armas como no da política e da diplomacia, que muito contribuíram para a nossa independência. Coisas acertadas; mas também algumas que o não foram, como o tal tratado de casamento da infanta Dona Catarina pelo qual e sem nenhuma vantagem nós demos à Inglaterra, Tânger, Bombaim e tanto dinheiro e benefícios.

Tinha el-rei os seus vinte e três anos quando começou o conde de Castelo Melhor a tratar de o casar com uma filha do duque de Nemours, Dona Maria Francisca Isabel de Sabóia. Era coisa conhecida que el-rei não podia ter filhos; e alguns conselheiros tentaram demonstrar a Castelo Melhor que tal casamento só podia dar maus resultados. Mas o conde pensava na política e entendia que essa união era vantajosa para Portugal.

A pobre princesa foi sacrificada a casar assim com um doido. A-pesar-de linda como era, nunca el-rei lhe mostrou amor algum. Numa côrte onde o rei não tinha prestígio nem dignidade, fervilhavam as intrigas e cada um tratava de explorar os gostos depravados de el-rei para servir os próprios interesses. Castelo Melhor que em certos assuntos foi um bom ministro, nem sempre se mostrou à altura do lugar que tinha. Parece que o poder de que gozava acabou por lhe subir à cabeça. O rei não queria saber de nada senão dos seus reles divertimentos e quem mandava em tudo era o conde.

O infante Dom Pedro, irmão de el-rei, era um homem ponderado, razoável e muito superior como entendimento e carácter a Dom Afonso VI. Começou a ver com maus olhos o que se passava na côrte e a opor-se a certos desvarios do irmão. O conde de Castelo Melhor, pelo seu lado, principiou a incomodar-se com as coisas que o infante dizia e fazia, receando que êle tivesse em vista o trono.

Por fim rebentou a noticia de que o conde de Castelo Melhor tentara envenenar o infante. Reüniram-se côrtes. O descontentamento era grande em tôdas as camadas da gente portuguesa.

Por fim o casamento de el-rei Dom Afonso VI foi anulado pela Igreja por se ter provado que êle não podia ter filhos. E pouco depois lá o convenceram a desistir do reino, por causa dos seus achaques, em beneficio de seu irmão o infante Dom Pedro e dos seus descendentes.

Pouco tempo depois casava o infante com a sua cunhada Dona Maria Francisca.

O conde de Castelo Melhor foi para o estrangeiro onde andou muitos anos até que el-rei Dom Pedro II o deixou voltar ao reino onde acabou os seus dias numa idade avançada sem se meter mais na política.

El-rei Dom Afonso VI teve de ser prêso porque a sua razão estava completamente perdida e tinha fúrias na sua loucura já bem declarada. Mandaram-no para a ilha Terceira onde foi alojado no castelo, sendo bem tratado e guardado. Aí esteve seis anos. Depois voltou da Terceira e alojaram-no no Palácio de Sintra onde ainda viveu mais nove anos ao cabo dos quais acabou a sua triste vida.

Ao fim de quinze anos de casada, morreu a rainha Dona Maria Francisca de Sabóia, deixando só uma filha. E como uma filha só não era suficiente para assegurar a sucessão do trono, el-rei Dom Pedro II tornou a casar. Foi sua segunda mulher a princesa Maria Sofia Isabel, filha de Filipe Guilherme de Neuburgo, que teve muitos filhos e, entre êles, o príncipe Dom João que veio a grande rei com o nome de Dom João V.

**A SEGUIR:**

A HISTÓRIA DO MARQUÊS DE POMBAL



*Virgínia de Castro e Almeida escreveu;  
Pamela Boden ilustrou;  
O S. P. N. mandou dar à estampa.*

**S. P. N.**

